

A MAIOR REGIÃO TURÍSTICA DO BRASIL E A POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO DO TURISMO NA CHAPADA DIAMANTINA (BAHIA, BRASIL)

Henrique Rodrigues de Araújo¹
Francisco Fransualdo de Azevedo²
Jean Carlos Estanislau Ferreira³
Mirella Costa Barbosa⁴

Resumo: Com foco na regionalização, a política pública de turismo no país busca orientar o desenvolvimento do turismo nas regiões com diretrizes políticas e operacionais, como propõe o Programa de Regionalização do Turismo, Roteiros do Brasil. Nesse sentido, cabe aos municípios trabalharem a regionalização com foco na sustentabilidade e na valorização dos elementos materiais e imateriais que compõem seus territórios, sendo manifestada a soberania da participação social para que o planejamento territorial participativo seja pautado nas esferas de gestão. Para tanto, em uma abordagem que carece de estudos, o objetivo dessa pesquisa é avaliar as políticas públicas de gestão descentralizada na Chapada Diamantina, Bahia, a partir de estudo de caso em quatro municípios da região. A pesquisa é de natureza qualitativa não tendo o propósito de representar estatisticamente as contribuições dos municípios, mas sim de pluralizar as intenções e percepções dos gestores municipais sobre as estratégias de descentralização e das condições atuais a qual a Chapada Diamantina se condiciona. O procedimento metodológico utilizado para a pesquisa foi o estudo de caso com os municípios de Barra do Mendes, Lençóis, Jacobina e Dom Basílio. Os resultados demonstram que existem para além da intenção de regionalizar o turismo na Chapada Diamantina, encontra-se também elementos que conferem a existências de projeções para efetivação da distribuição da oferta turística para outros municípios, embora, considera-se que essas articulações então incipientes, não sendo suficientes para a ampliação do turismo em todos os territórios.

Palavras-chave: Regionalização; Política Pública de Turismo; Descentralização; Chapada Diamantina.

INTRODUÇÃO

Esse estudo tem enfoque na discussão da política de descentralização do turismo na região turística da Chapada Diamantina, localizada na Bahia, composta por 38 municípios que se agrupam em virtude de proximidades geográficas e compartilhamento de uma identidade cultural, artística e histórica. A Chapada Diamantina, portanto, representa não somente uma divisão territorial, mas um complexo sistema social e cultural que reflete a interconexão entre seus diversos componentes municipais

A presente pesquisa tem como ponto de partida a indagação sobre a eficácia e os mecanismos de implementação da política de descentralização do turismo na Chapada

¹ Turismólogo e mestrando em Turismo. contatohenrirodrigues@gmail.com Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² Doutor em geografia. ffazevedo@gmail.com. Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

³ Turismólogo e mestrando em Turismo. jean.estanislau.137@ufrn.edu.br. Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

⁴ Turismóloga e mestranda em Turismo. mirellacosta062@gmail.com. Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Diamantina. A partir dessa questão orientadora, delineou-se o objetivo geral de avaliar as políticas públicas de gestão descentralizada nesse contexto. Em sequência, foram definidos objetivos específicos, o primeiro foco analisou a percepção dos gestores públicos de turismo sobre as estratégias de regionalização, seguida pela identificação de modelos de gestão descentralizada que possibilitem o desenvolvimento da atividade turística em todo território da Chapada Diamantina.

A metodologia utilizada foi o estudo de caso com quatro municípios da Chapada Diamantina, elegendo um município de cada circuito/zona turística, com base em três critérios brevemente definidos, categorizando assim os municípios de Barra do Mendes; Lençóis; Jacobina; e Dom Basílio. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas por videoconferência no mês de julho de 2023, resultando em seguida na análise de conteúdo.

Esse artigo apresenta no referencial teórico uma importante trajetória histórica para compreender o atual momento do turismo da Chapada Diamantina. Por isso, delimitou-se a seção em um levantamento das políticas públicas de turismo no Brasil, desde a sua concepção até os dias atuais com o Programa de Regionalização do Turismo, Roteiros do Brasil. Dando continuidade são expostos os procedimentos metodológicos, os resultados, as implicações práticas e/ou teóricas e por fim as considerações finais.

Academicamente, justifica-se esse trabalho por apresentar uma visão ampla sobre como se configura o turismo da Chapada Diamantina, ampliando assim as referências bibliográficas com informações embasadas sobre essa região que carece de estudos sobre essa abordagem. No viés social, entende-se que os resultados aqui apresentados podem contribuir para a reflexão da importância do planejamento territorial participativo, no qual a participação social e cidadã presumem o sucesso de um ordenamento sustentável do turismo

Esse estudo apresenta como os municípios da Chapada Diamantina se articulam dentro do território, confirmando que existem interações setoriais e de gestão descentralizada do turismo de acordo com suas realidades, especificidades e capacidade técnica, com foco na regionalização de modo a integrar outros municípios na atividade turística, com vistas a sinergia na atuação conjunta entre todos os envolvidos, direto e indireto, na atividade turística. Embora esforços, percebe-se que ainda existe uma concentração do turismo na Chapada Diamantina em poucos municípios.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESCENTRALIZAÇÃO DO TURISMO

É necessário contextualizar o processo histórico das políticas públicas de municipalização e regionalização do turismo no Brasil, que se caracterizou a partir de elementos constitucionais da descentralização, políticas e programas para o turismo com foco no protagonismo dos municípios, estruturação e qualificação da oferta turística em todo território nacional e o desenvolvimento local e regional com premissas para os princípios da sustentabilidade.

Logo, com o arcabouço histórico acerca da estruturação e ordenamento do turismo no Brasil é possível compreender e identificar os elementos que compõem as políticas públicas de turismo com caráter endógeno nos diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal).

O primeiro marco legal da política pública de turismo no Brasil, que foi formulada e executada pelo Sistema Nacional de Turismo (SNT), que fora constituído pelo Conselho Nacional de Turismo (CONTUR), foi a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), em 1966, que na ocasião era vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira (PAULA, 2013).

Nesse momento o Governo começava a articular a atividade turística com vistas a sinergia da atenuação ao desenvolvimento socioeconômico. Na época os investimentos se voltavam principalmente para as regiões Norte e Nordeste do País, as mais visitadas, tendo em vista a necessidade de reformulação das políticas ali presentes. A criação da EMBRATUR representou nessa época uma revolução na administração pública do Brasil, já que foi ela a primeira empresa pública nacional (HENZ; LEITE & ANJOS, 2010).

Essa nova entidade (EMBRATUR), através do CONTUR, visava alimentar o desenvolvimento do turismo, de acordo com as diretrizes do Governo. Vale ressaltar que foi o CONTUR que traçou a primeira formulação, coordenação e direção da Política Nacional de Turismo (PNT), além disso, coube ao Conselho Nacional disciplinar e fiscalizar a EMBRATUR (PAULA, 2013).

Até 1970 o planejamento do turismo no Brasil esteve centralizado no Governo Federal, por meio do CONTUR. Para Paula (2013) essa afetuosa centralização começa a ser desestruturada por meio das configurações do SNT, deixando o formato do planejamento isolado, para a valorização da participação dos órgãos regionais de turismo,

focando a execução de tarefas nos estados e municípios, ou seja, indo no caminho a um perfil cooperativo. Essa mudança é perceptível pelo PNT de 1986, via ampliação do papel das instâncias de planejamento e da iniciativa privada. De modo geral, com os primeiros passos, os planos das décadas de 1980 começam a tendência da descentralização, mesmo que de forma pequena.

A partir de 1990 o Brasil ganhou notoriedade na política pública de turismo, naquela década três grandes políticas foram traçadas, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) e Polos de Desenvolvimento do Ecoturismo. O desenvolvimento sustentável se faz presente nos programas em nível nacional, seja na área do turismo, educação, saúde ou trabalho e nesse aspecto ressalta-se a proeminência do PNMT, sendo esse Programa um feito/marco na política pública de turismo no Brasil, por ser ele, o primeiro instrumento a orquestrar a descentralização do turismo, evidenciando a participação e o papel dos municípios na gestão da atividade turística, que futuramente resultou-se na maior e principal política pública de turismo da atualidade, o macroprograma da Regionalização do Turismo (VIRGINIO & FERREIRA, 2013).

No passado o PNMT, iniciado em 1993, seguindo as orientações da Organização Mundial do Turismo (OMT), com a coordenação da Secretaria de Turismo e Serviços, que na ocasião pertencia ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, foi planejado para distribuir, de forma equivalente, as oportunidades de geração de emprego e renda, em âmbito municipal. (TRETIN & FRATUCCI, 2011).

A estrutura contextual do PNMT deixou evidente algumas concepções, das quais ressalta-se aqui o envolvimento dos residentes das comunidades em todas as etapas do planejamento, já que são eles, os comunitários, os detentores do saber daquele determinado território, sendo os principais protagonistas para a manifestação de soluções (BRASIL, 2007; ENDRES, 2008).

Centralizado na esfera da dinamização dos recursos dos municípios o PNMT propunha, entre outros, a conscientização, sensibilização e estímulo à capacitação dos atores envolvidos na estruturação organizacional dos municípios, visando assim que esses agentes conseguissem compreender a importância do turismo, quando bem planejado, para a geração de emprego e renda, preservação dos elementos materiais e imateriais da cultura, do meio ambiente e social, evidenciando a importância da participação e gestão das comunidades nas decisões dos seus recursos (BRASIL, 2007; PAULA, 2013).

Cinco foram as bases/princípios delimitados para a estruturação do Plano, sequenciadas na descentralização, sustentabilidade, parcerias, mobilização e capacitação, sendo elas operacionalizadas pelas três instâncias de governo, cada uma delas com atuação e função deliberativa, visando maior execução do PNMT, como o Comitê Executivo Nacional, Comitê Estadual e Conselho Municipal. Outro viés importante para a execução do Plano foi a formação de rede de colaboradores, também vinculada nas três esferas de governo, anexado a singularidade de compartilhar propostas e ações responsáveis, por meio de pessoas técnicas, poder público, iniciativa privada e instituições de ensino técnico e superior (BRASIL, 2007).

Por fim, pode-se contrapor um passo importante para identificação das regiões turísticas do Brasil com base no PNMT. Foi com o levantamento de dados, obtidos através da aplicação de questionário do Roteiro de Informações Turísticas (RINTUR) nas regiões, que o Programa identificou os municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo, ademais, com as informações coletadas foi possível identificar os municípios turísticos ou aqueles considerados com potencial. Essa etapa deu partida para as ações seguintes, e a implantação do Plano se compôs nas etapas de criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) e Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo (PMDST) (BRASIL, 2007; VIRGINIO & FERREIRA, 2013).

Apesar das pontuais contribuições do PNMT havia a importância de uma remodelação da política pública de turismo no Brasil na tentativa de conceber uma maior integração, na relação municipal e regional, ou seja, a possibilidade de uma atuação descentralizada, integrado e compartilhado de ações, projetos e propostas entre os municípios e regiões turísticas, inibindo a atuação isoladamente.

Impulsionado por esses fatores houve então a transição do PNMT para o Programa de Regionalização do Turismo, Roteiros do Brasil (PTR). Tal processo de transição é fundamental para a integração dos municípios a região turística a qual faz parte, resultando em um processo de reestruturação, assim como defende Brasil (2007 p. 22).

A formulação de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo exige a compreensão de que planejar o espaço regional vai muito além da simples estruturação de atrativos. Se insere, principalmente nos pequenos e médios municípios, o urbano e o rural, onde viver e conviver são atividades integradas por meio do comércio, das prestações de serviços, das raízes culturais e de atividades econômicas formais e informais.

Em 2004 o País então começa a promover o desenvolvimento nas regiões turísticas por meio de documentos técnicos e orientadores objetivando a implementação do PRT. Dentro dessa perspectiva, as regiões dotadas de potencial turístico começam a desenvolver as diretrizes do programa de regionalização. Esses documentos foram planejados de forma adaptada, visitando uma linguagem mais simples, de fácil compressão, contribuindo para a dinamização entre todos os agentes do desenvolvimento da atividade turística. Como produto o PRT publicou treze cadernos com conteúdo operacionais e ações que visam a sua implementação com vistas nos princípios da sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e política-institucional. (BRASIL, 2007; VIRGINIO & FERREIRA, 2013)

Os cadernos que foram elaborados e publicados pelo Ministério do Turismo (MTur) e as orientações neles contidas deslumbram alcançar as prerrogativas do PRT, de modo que as regiões turísticas do Brasil possam desenvolver o turismo de forma integrada entre os municípios, melhorar a qualidade dos serviços e produtos ofertados e consequentemente aumentar a permanência média dos turistas nos destinos gerando maior fluxo de renda.

Ademais, as regiões as quais adotam as premissas da regionalização poderão compartilhar de um território no qual a distribuição da renda seja feita de maneira coletiva, havendo a inclusão social, além da participação efetiva, no planejamento regional, de todos os municípios, dotados ou não de potencial turístico, que compõem aquela determinada região turística, fazendo com que todo o processo de desenvolvimento do turismo seja baseado nas potencialidades, peculiaridades e capacidade produtiva de cada município (BRASIL, 2007).

Durante a transição do PNMT para a PRT no Governo Lula (PT) houve a criação do Ministério do Turismo, em janeiro de 2003, formulando mais ações afirmativas para a política do turismo do Brasil (LANZARINI & BARRETO, 2014). O PNT construído para o período de 2003/2007, levou em consideração as prerrogativas da definição das diretrizes, ações, estratégias, metas e os programas, que culminaram na política pública de desenvolvimento socioeconômico do país, abrangendo os sete macroprogramas, contemplando os princípios éticos da sustentabilidade (BRASIL, 2007; TRETIN & FRATUCCI, 2011).

Em seguida, com a publicação do PNT atualizada (2007/2010), o PRT adquire maior notoriedade e começa a se consolidar através dos seus mecanismos de gestão, de maneira estruturada e transversal. Dentro dos oito macroprogramas do PNT um merece notoriedade

nesse estudo, qual seja o macroprograma de regionalização do turismo, que endossa a narrativa dos outros macroprogramas, programas e ações do Plano. Nesse ponto, ressalta-se que a regionalização até os anos de 2010, que ganhou forte apoio dentro do PNT, o que favorece a estruturação da política de turismo no Brasil, fazendo com que as metas, para o turismo no país, sejam mais facilmente atingidas (BRASIL, 2007).

O atual PNT (2018/2022) é um relevante instrumento para a política pública de turismo no Brasil, primordial para a estruturação das ações do setor público para o desenvolvimento do turismo, que fora constituído de maneira coletiva/participativa, com validação do MTur, agentes públicos e privados, Câmara Técnica do Plano Nacional de Turismo, constituída no CNT. Projeta-se, dentro da estruturação desse PNT, um conjunto de medidas, que sejam suficientes para consolidar o turismo e validar o desenvolvimento econômico do país (BRASIL, 2018).

No período atual o MTur munido com as suas ações pleiteia a diversificação da oferta turística no país através da regionalização do turismo atrelado ao desenvolvimento local nas regiões turísticas, a exemplo do PRT, como mencionado anteriormente, para que essas regiões, principalmente as que estão localizadas nos interiores dos estados brasileiros, sejam estimuladas a estruturarem-se turisticamente, com foco na valorização dos seus bens culturais e ambientais e no desenvolvimento das suas economias.

Desse modo, as regiões turísticas são postas a uma nova conjuntura, na qual sua atuação e protagonismo no planejamento, elaboração e execução dos programas e projetos turísticos são mais valorizados, nessa ideia, assume também a participação de não só municípios já consolidados, mas aqueles territórios que apresentam potencial turístico (PINHEIRO; MARACAJÁ & CHIM-MIKI, 2019).

METODOLOGIA

Essa é uma pesquisa exploratória e descritiva e como procedimento metodológico foi utilizado o estudo de caso com 4 municípios da Chapada Diamantina objetivando assim caracterizar o fenômeno estudado, interpondo de dados, que permitem o aprofundamento na pesquisa, resultando em uma maior compreensão e precisão do que está sendo estudado (MARCONI & LAKATOS, 2021).

O estudo foi realizado na Chapada Diamantina, formada por 38 municípios, que integram o Mapa do Turismo Brasileiro (Brasil, 2024), dos quais 4 compõem a amostra,

cujos gestores ou representantes municipais do turismo foram entrevistados diretamente. Sendo definidos três critérios para a seleção dos municípios estudados, o primeiro se configurou na escolha de uma representação por circuito turístico, já que a Chapada Diamantina é dividida em quatro, sendo eles, Chapada Velha, Chapada Diamante, Chapada Ouro e Chapada Norte. Em seguida, levou-se em consideração os municípios que já têm o turismo consolidado ou que a atividade turística seja norteadas pelas ações e estratégias do Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo. Por fim, o critério terceiro se voltou para os municípios que se disponibilizaram a participar.

A coleta de dados ocorreu via entrevista semiestruturada realizada por videoconferência, no mês de julho de 2023, com representantes (secretários ou diretores de turismo), das secretarias municipais ou pastas responsáveis pelo turismo. A partir desses critérios foi possível realizar a pesquisa com quatro municípios, sendo eles: Lençóis (Chapada Diamante), Barra do Mendes (Chapada Velha), Jacobina (Chapada Norte) e Dom Basílio (Chapada Ouro).

O estudo é de natureza qualitativa não tendo o objetivo de representar estatisticamente as ponderações dos municípios para compreender como se articula a descentralização do turismo na Chapada Diamantina. Logo, nos resultados e discussões optou-se por não identificar os municípios estudados, já que o objetivo não são as considerações isoladas, mas sim a articulação coletiva desses territórios para que as diretrizes políticas e operacionais sejam ações orientadoras no processo de desenvolvimento turístico com foco na regionalização.

Por último, optou-se pela análise de conteúdo, dividida em três etapas, sendo a primeira a pré-análise com a transcrição e leitura dos casos estudados, seguida pela exploração do material, de maneira a separar em blocos os principais momentos das entrevistas que se relacionam com o objeto da pesquisa, resultando assim na consolidação das categorias de análises e, por fim, o tratamento dos resultados, interpretação e apresentação (BARDIN, 2016). Os municípios estudados foram codificados e definidos em ordem aleatória e nos resultados a seguir serão apresentados como município A, município B, município C e município D.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

CARACTERIZAÇÃO TURÍSTICA DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

O município A se estende em uma área territorial de 1.436.298 km² e sua população de 13.836 habitantes com uma densidade demográfica de 9,63 habitantes por quilômetro quadrado. Está localizada na mesorregião do Centro Norte Baiano, no território de identidade da cidade de Irecê (IBGE, 2022). Distante a 534 km da capital Salvador, a ligação por modal rodoviário se dá, principalmente, por meio da BA-052, popularmente conhecida como a Estrada do Feijão (ARAÚJO, 2022).

O turismo nesse município é norteado pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Territorial do Turismo, aprovado em 2023 pelo MTur. Sua categoria no Mapa do Turismo Brasileiro é E, e de acordo com a entrevistada o turismo está em fase de planejamento e seus maiores atrativos turísticos são, Areia Encantada, Cachoeira do Bom Desejo e Açude Landulfo Alves como atrativos naturais, já seus atrativos culturais são, aniversário da cidade, carnaval, pinturas rupestres da Canarina e gastronomia serrana.

O município B está situado na mesorregião do Centro Sul do Estado da Bahia, na microrregião de identidade da cidade de Seabra, com uma área territorial de 1.282,328 km², e sua população é estimada em 10.774 habitantes, tendo cerca de 8,40 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2023). Para o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) o município B é um anfiteatro natural na encosta oriental da Serra do Sincorá. Seu território está nos limites do Parque Nacional da Chapada Diamantina. (MOREIRA, 2008).

A categoria no Mapa do Turismo Brasileiro (Brasil, 2023) do município B é B e de acordo com a entrevistada o município está consolidado e sempre em desenvolvimento. Sendo a porta de entrada do turismo na região, o município é o que mais destaca no quesito infraestrutura turística, contendo uma ampla rede hoteleira, aeroporto com voos regulares e diversas empresas do ramo turístico. Tendo o patrimônio arquitetônico como seus maiores atrativos culturais, e a cachoeira do Ribeirão do Meio, Cachoeira do Mosquito e Poço do Diabo como principais atrativos naturais.

Já o município C está localizado no Centro Norte Baiano, no território de identidade da cidade de Jacobina. Com uma área territorial de 2.192,905 km² sua população é de 82.590 habitantes, e uma densidade demográfica de 37,66 habitantes por quilômetro quadrado. Em 2021, o salário médio mensal era de 2.3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 15.2% (IBGE, 2023). O bioma desse município é a caatinga.

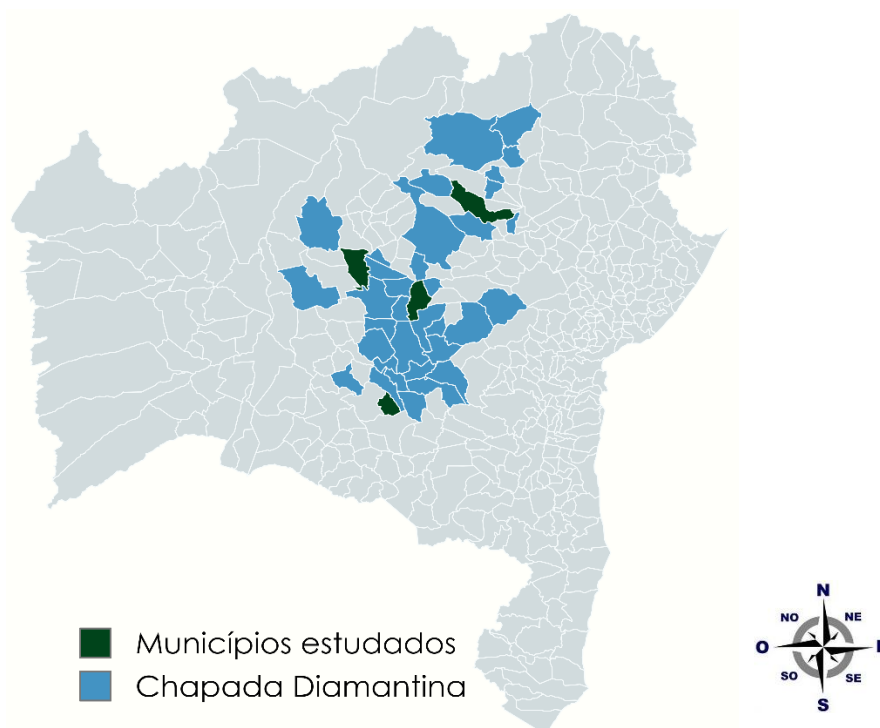
No Mapa do Turismo Brasileiro o município C é categorizado com a letra C e o desenvolvimento da atividade turística vem sendo planejada com a construção do Plano Municipal de Desenvolvimento Territorial do Turismo. Para Rodrigues (2022) esse município é rico em termos ambientais, com atrativos turísticos fortalecidos pelas suas fontes de água, serras, morros, picos, sítios arqueológicos e cachoeiras.

Por hora, o último município estudado (D) tem uma população estimada de 11.884 habitantes, sendo 17,24 habitantes por quilometro quadrado e a sua área de unidade territorial delimitada em 689,516 km². O município está localizado na microrregião de Brumado e na mesorregião do Centro Sul Baiano. Em 2021, o salário médio mensal era de 1.7 salários mínimos (IBGE, 2023). O turismo no município é relativamente novo, sendo planejado com a construção do Plano Municipal de Turismo. No Mapa do Turismo Brasileiro o município é categorizado com a letra D. Seus atrativos são voltados para a Cachoeira da Esmeralda, do Poço Verde e das Três Quedas, além de conter um patrimônio arqueológico rico em pinturas rupestres.

A representação a seguir destaca os municípios estudados e a região turística da Chapada Diamantina e ressalta a abrangência territorial da região estudada e sua importância no contexto do turismo estadual/nacional. A representação visual do mapa auxilia na contextualização dos dados apresentados, permitindo uma melhor compreensão da distribuição dos municípios dentro da Chapada Diamantina.

Mapa 1 - Chapada Diamantina





Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O mapa 1 apresentado destaca a Bahia e os municípios estudados na região turística da Chapada Diamantina. A representação cartográfica é fundamental para visualizar a distribuição geográfica dos municípios analisados, permitindo uma compreensão espacial da área de estudo. A identificação dos municípios por letras (A, B, C e D), que se encontram na cor verde, acrescidos pelos outros municípios da região, na cor azul, facilita a associação com as informações apresentadas no texto, tornando mais clara a relação entre dados coletados e a localização de cada município.

PERCEPÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS DE TURISMO DA CHAPADA DIAMANTINA SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE REGIONALIZAÇÃO

Na perspectiva da percepção essa sessão corresponde em analisar como os gestores municipais, secretários ou diretores, das secretarias ou pastas municipais responsáveis pelo turismo, objetos desse estudo, representados pelos municípios codificados em A, B, C e D percebem os benefícios das estratégias de regionalização, de modo a orientar o processo de desenvolvimento do turismo na Chapada Diamantina, integrando outros municípios na atividade turística.

As considerações do município A pondera que um modelo importante na construção de uma gestão descentralizada do turismo que vai de encontro com a realidade e

especificidade de cada território é o Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo, que consiste em um instrumento de gestão descentralizada e ordenamento do turismo municipal.

Vale destacar que esse município já conta com um Plano Municipal de Turismo, fruto de um convênio com o MTur, no qual foram estabelecidas as bases para a definição de ações, as prioridades e a tomada de decisão. Logo, esse documento constitui um instrumento técnico de gestão, coordenação e condução das decisões da política turística e de apoio ao setor privado, de modo a dirigir seus investimentos e melhorar a capacidade empresarial e o acesso ao mercado turístico.

Além de enfatizar a necessidade de todos os municípios trabalharem com o turismo norteados pelos Planos de Turismo, das três esferas de governo, o município A ressalta que para além dos municípios que compõem a região turística oficializada pelo MTur, é necessário agregar outros territórios que ainda não integram esse mapa, como é o caso da cidade de Irecê, que por ser o município sede do território de identidade a qual pertence, e é a maior cidade da região, faz com que esse município possa ser no futuro um destino *hub*, ou seja, um ponto central de ligação que recebe passageiros de diversas origens, nacionais ou internacionais, e os redistribui para diferentes destinos da Chapada Diamantina, fundamental para facilitar a transferência de passageiros entre diferentes rotas e modais de transporte.

Ainda de acordo com o entrevistado A, o turismo na Chapada Diamantina está em um momento auspicioso, já que, de acordo com suas contribuições, a região está integrada na regionalização do turismo e no fortalecimento de todos os municípios, indo de caminho ao fortalecimento da sinergia, da valorização social, da cultura e de todos os atores envolvidos na atividade turística.

Embora o município A destaque o momento importante da descentralização do turismo na região, questionada sobre os motivos pelo qual, apesar de toda essa integração, a região turística, composta por 38 municípios, apenas alguns poucos conseguem consolidar o turismo como atividade econômica, outros, sequer tem demanda de turistas, o município A categoriza esse problema em dois fatores que justificam a não demanda de turistas em todas essas cidades.

Um é o caso da falta de conhecimento técnico dos gestores de turismo e dos colaboradores que integram essas pastas e o segundo se recai sobre a falta incentivo

político das gestões municipais, que muitas vezes veem o turismo como vagão, e não como locomotiva, como consequência e não como fenômeno possível de mudar a dinâmica local.

Destaca-se que, por ser a Chapada Diamantina a maior região turística do Brasil, e a distância de um município para outro, existem dentro dessa região quatro IGR, uma para cada circuito (Chapada Velha/Diamante/Ouro/Norte) e nenhuma delas institucionalizada com CNPJ. Pois bem, para o município A, trabalhar com o turismo na região evidenciando as diretrizes políticas e operacionais é de responsabilidade da IGR na qual faz parte.

Em seguida, o município B salienta que existe dentro da sua gestão um planejamento descentralizado, visto que a gestora municipal (prefeita) é turismóloga, e por isso, compreende o turismo como vetor de desenvolvimento econômico e social. E por entenderem que lidar com a complexibilidade da gestão pública municipal é uma tarefa desafiadora, o município desenvolve planos para orientar a elaboração e execução de políticas de gestão sustentáveis, como é o caso do Plano Municipal de Turismo, atualmente em construção.

Ressalva-se que, embora o município B já seja um destino consolidado, *hub* e indutor da região, que vem sendo trabalhado desde a década de 1970, apenas nos últimos anos o destino foca em investimentos direcionados para a construção de um planejamento do turismo no município, de forma adequada para ordenar o desenvolvimento do turismo de maneira participativa, criativa e eficiente.

O município B ainda ressalta que trabalhar o turismo na Chapada Diamantina com diretrizes políticas e operacionais orientando o processo de desenvolvimento turístico com foco na regionalização de modo a integrar outros municípios na atividade turística ainda é um processo complexo/difícil, embora garanta que tenha um compromisso com a regionalização, já que há anos o município encabeça o turismo na região a qual faz parte, a partir da divulgação da Chapada Diamantina via feiras de promoção turística.

Outro fato relevante para a regionalização do turismo na região, destacado pelo município B, foi a reabertura do aeroporto Coronel Horácio de Matos, em Lençóis, com voos entre Lençóis a Salvador, um resultado dos esforços coletivos de gestores municipais, empresários e da parceria firmada entre o Governo do Estado da Bahia e as companhias aéreas Gol e Voepass.

Dizer que existe um planejamento regional na Chapada Diamantina é uma afirmação precipitada, já que essa contextualização ainda está na base do diálogo e troca de

informações, inexistindo uma política pública efetiva para o fomento descentralizado, formalizado e aprovado entre todos os municípios.

Mas, de acordo com o município B, a Chapada está em seu “melhor momento” de integração entre os municípios, com o diálogo entre as Câmaras Técnicas de Turismo e entre os representantes municipais de turismo com o apoio da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. Logo, para o entrevistado (B), embora ainda não existam documentos que oficializam a descentralização do turismo na região, existe um agrupamento de forma a regionalizar e constituir um ambiente democrático, harmônico e participativo.

A justificativa defendida pelo município B sobre o motivo pelo qual a Chapada Diamantina ainda não consegue desenvolver o turismo dentro de todos os territórios que a compõem é fruto de um processo histórico/político nacional, na qual o turismo ainda é visto como atividade de segundo interesse, além dos cargos direcionado ao planejamento da atividade turística dentro dos municípios são políticos e não técnicos. Para além, justifica-se que os municípios não devem ater apenas aos atrativos naturais, mas sim evidenciar suas potencialidades e diferenciais em outros atrativos, como os culturais.

Seguindo para o município C, sua percepção alinha para mais uma política pública de turismo, as Câmaras Técnicas de Turismo da Chapada Diamantina, no qual desenvolvem um importante papel crucial para a descentralização do turismo na região. Essa articulação favoreceu para a dinamização do conhecimento territorial da Chapada, na qual anos atrás, se tinha um conhecimento popular apenas da Chapada Diamante, circuito onde localiza cidades como Lençóis, Palmeiras e Mucugê, que recebem a maior porcentagem de turistas que visitam a região, e com o trabalho das Câmaras Técnicas hoje se tem um conhecimento e sentimento de pertencimento popular das outros circuitos (Chapada Velha/Ouro/Norte).

Percebe-se que um outro vetor favorável para a política pública do turismo, de acordo com o município (C), é o Plano Municipal de Turismo, que no atual momento está em construção, no qual norteará a atividade turística nos próximos 10/15 anos, da mesma forma, o entrevistado defende que todos os municípios da Chapada Diamantina precisam ter um Plano para ordenar o turismo e assim, futuramente, construir um Plano Regional para orientar o crescimento do turismo na região como um todo.

Em seguida, o município (C) também evidenciou o papel do planejamento territorial participativo dentro das esferas de gestão, no qual ressalta que as comunidades residentes precisam estar inseridas e fazer parte do processo de ordenamento para que o turismo

possa acontecer de forma sustentável. A partir do conhecimento da comunidade é possível identificar as potencialidades e peculiaridades daquele território, identidade cultural e social, costumes e maneiras de como vivem.

Prosseguindo nos motivos pelo qual justificou o motivo da não ausência de demanda turística em todos os municípios da Chapada Diamantina, o município C ressaltou que isso é uma influência da falta de mão de obra qualificada, do envolvimento efetivo da gestão pública para o desenvolvimento da atividade turística além da falta do 'querer fazer', já que as potencialidades existem.

Para o município C a descentralização do turismo do município recai primeiro em uma estrutura organizacional interna a gestão municipal com o Conselho Municipal de Turismo, que envolve a participação da comunidade, sendo essa fundamental para o sucesso da estruturação da atividade turística no município. O Conselho é composto também por representantes das entidades representativas da atividade. Através do COMTUR e do apoio massivo da gestão municipal o município está desenvolvendo, primeiro, a ideia do turismo na comunidade local, apresentando e fortalecendo o sentimento de pertencimento além de valorização dos seus aspectos históricos, culturais e ambientais, envolvendo-as nos planejamentos e ações municipais voltadas para o turismo.

Assim como todos os municípios estudados, o D também pretende trabalhar com a regionalização do turismo, de modo a integrar outros municípios, dotados ou não de potencial relevante para a consolidação do turismo, já que entende que todas as cidades da Chapada Diamantina desenvolvem um papel fundamental no ordenamento do turismo regional, seja aqueles municípios de detém de grande potencial para desenvolver a atividade, seja outros que não apresenta tal característica, mas que é necessário para o fornecimento de infraestrutura de acesso, mão de obra, serviços e produtos.

Ainda segundo o município C existe uma fluidez no quesito harmonia dos municípios para planejarem uma atividade regionalizada e descentralizada. Mas, questionando o motivo pelo qual, embora tamanha colaboração entre os municípios, não existem outras cidades que conseguem desenvolver a atividade, ficando essa demanda voltada apenas para os destinos já consolidados há algum tempo, o município (D) justifica que essa é uma problemática particular das pessoas, no sentido de ainda não reconhecerem seu território e suas potencialidades, na qual existe uma maior valorização para outros destinos, principalmente os de sol e praia.

Nessa protuberância, o município D acredita que ainda falta conhecimento, por parte da comunidade local e do setor empresarial, além das gestões públicas municipais, que existem outras maneiras e segmentos de turismo, que atendem as necessidades de diversos municípios da região, como o Turismo de Base Comunitária, Turismo Rural e Turismo Religioso.

Em suma, os relatos dos municípios A, B, C e D convergem para a necessidade premente de uma abordagem integrada e descentralizada para o desenvolvimento do turismo na Chapada Diamantina. Essa visão compartilhada destaca a importância dos Planos Municipais de turismo como instrumentos essenciais para orientar as ações e investimentos, bem como a colaboração entre os municípios e a participação da comunidade local. Embora desafios persistam, como a falta de conhecimento técnico, incentivo político e diversificação de atrativos, o planejamento deve prezar na conscientização e no reconhecimento das potencialidades de cada território, bem como na exploração de segmentos turísticos alternativos. Assim, é fundamental continuar fomentando o diálogo, a cooperação e o planejamento conjunto para garantir um futuro próspero e sustentável para o turismo na Chapada Diamantina.

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E/OU TEÓRICAS

As implicações práticas e teóricas da pesquisa conotam importantes contribuições para o campo do turismo e para a gestão do desenvolvimento regional. Os resultados obtidos fornecem *insights* valiosos que podem orientar ações práticas e estratégicas no planejamento e execução de políticas públicas voltadas para o turismo na região da Chapada Diamantina.

No âmbito prático, a pesquisa destaca a relevância do planejamento territorial participativo, ressaltando a importância da participação social e da colaboração entre os municípios e a comunidade local. Essa abordagem pode contribuir para um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo do turismo na região, promovendo a valorização dos recursos naturais, culturais e sociais locais. Além disso, os resultados apontam para a necessidade de diversificação da oferta turística, explorando novos segmentos e atrativos para potencializar o desenvolvimento econômico e cultural da Chapada Diamantina.

No campo teórico, a pesquisa contribui para a construção do conhecimento no turismo evidenciando a importância da gestão descentralizada e da regionalização como estratégias eficazes para o desenvolvimento local. Os resultados reforçam a necessidade de uma abordagem integrada entre os municípios, destacando a importância dos modelos de gestão regional para impulsionar o turismo em diferentes territórios. Além disso, a pesquisa estimula o diálogo e a cooperação entre os atores envolvidos, enfatizando a importância da colaboração para garantir um futuro sustentável para o turismo na Chapada Diamantina.

Em suma, as implicações teóricas e práticas da pesquisa demonstram a relevância dos resultados obtidos para a sociedade, as instituições e o campo científico do turismo. As contribuições identificadas podem servir como base para a formulação de políticas e estratégias mais eficazes no desenvolvimento do turismo na região, promovendo um crescimento sustentável e inclusivo que valorize a diversidade e potencialidades locais da Chapada Diamantina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios estudados entendem que a regionalização pode contribuir para a descentralização do turismo na região da Chapada Diamantina. De fato, percebe-se um movimento de participação e protagonismo dos municípios dos quatro circuitos da Chapada. Embora a política de fomento ao turismo descentralizado na região seja um planejamento que ainda não saiu do discurso oral, ou seja, não existem planos e programas regionais concretos que orientem o ordenamento da descentralização do turismo na região, o que existe são apenas programas da política pública nacional que orienta esse desenvolvimento, como é o caso do Programa de Regionalização do Turismo.

Por outro lado, é perceptível que houve um aumento da interação setorial entre os responsáveis pelas pastas de turismo, via as Câmaras Técnicas de Turismo e as Instância de Governança Regional, que são articuladas e ativas. Dessa forma, entende-se que os municípios compreendem que as responsabilidades e cooperação são necessárias para conduzir o processo de descentralização do turismo. Desse modo, enfatiza o papel dos municípios como indutor e articulador da promoção do destino Chapada Diamantina.

As ações praticadas pelos municípios ainda não foram suficientes para descentralizar o turismo na região, já que o turismo na Chapada Diamantina ainda é

centralizado em alguns poucos municípios, a exemplo de Lençóis, Andaraí, Palmeira e Mucugê. Assim sendo, enfatiza a necessidade de ampliação da participação das organizações parceiras no processo de desenvolvimento do turismo regional, como governo, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade local. Não distante, reserva-se a necessidade de relação direta entre as ações concebidas por esse conjunto de atores, que devem se mobilizar para ações práticas e efetivas.

Por hora, os municípios devem se atentar para a ‘expansão do turismo’, ou seja, conduzir a atividade para outros territórios, nesse aspecto o planejamento da descentralização deve levar em consonância os impactos possíveis que incidem sobre os sítios naturais, o meio ambiente, as áreas urbanas e a população residente. Nesse sentido, ressalta-se a importância do uso adequado dos instrumentos de planejamento municipal de gestão urbana e territorial, para que esses sirvam de prevenção de riscos culturais, sociais e ambientais.

Por fim, conclui-se que os municípios da Chapada Diamantina nos últimos anos têm trabalhado de forma harmônica e democrática para a descentralização do turismo na região. Esse diálogo entre os municípios permitiu que outras regiões fossem descobertas e conhecidas, proporcionando maior valor turístico para esses territórios.

Ademais, apesar dos esforços para uma construção territorial que permita a maior circulação de turistas por esses municípios, fundamenta-se que ainda a necessidade de maior articulação entre os governantes da administração municipal, para dispor de corpo técnico nas pastas de turismo; das forças empreendedoras das comunidades para comercialização de atrativos em diversos municípios, proporcionando a circulação de renda gerada além do aumento da permanência média de turistas; das diversas representações da sociedade civil, pois são eles, residentes, os mais impactados no desenvolvimento do turismo; das instituições de ensino superior, com projetos de ensino, pesquisa e extensão; da cooperação intergovernamental e da compatibilidade e convergência com diversos outros esforços culminando assim na descentralização do turismo sustentável na região a partir das estratégias definidas no Programa de Regionalização do Turismo, levando em consideração o planejamento territorial participativo.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo, Tradução Luiz Antero Reto. 70ed. São Paulo: 2016.

BRASIL. Mapa do Turismo Brasileiro. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. acesso em: 14 de mar. de 2024

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2018-2022: mais emprego e renda para o Brasil. Brasília: 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-deconteudo/pnt-2018-2022-pdf>. Acesso em: 15 fev. de 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo. Brasília: 2007. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/acao_municipal_para_a_regionalizacao_do_turismo.pdf acesso em 20 jan. de 2024.

ENDRES, A. V. Política de Turismo, Desenvolvimento e o Papel do Estado: Cenários e Inquietações. 5 ed. Florianópolis: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Pública da UFSC**, 2008.

ENDRES, A. V.; PAKMAN, E. T. A governança das políticas de turismo: o papel dos espaços de participação na perspectiva da análise de redes e da teoria institucional. 13 ed. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, 2019.

HENZ, P. A.; LEITE, F. C. L.; ANJOS, F. A. Refletindo as Políticas Públicas para o Turismo: uma retrospectiva brasileira desde a década de 60. **Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, Caxias do Sul, 2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/AlinelBGE>. acesso em: 12 de dez. de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

LANZARINI, R.; BARRETO, M. Políticas Públicas no Brasil para um Turismo Sustentável. 16 ed. **Revista de Turismo, Visão e Ação**. Disponível em: 185-2015 file:///C:/Users/Henrique/Downloads/luiz50,+08.pdf. acesso em: 12 de fev. 2024.

MARKONI, M.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

PAULA, M. M. Institucionalização, estratégia de desenvolvimento e padrão de especialização: eixos estruturantes para uma retrospectiva do planejamento governamental do turismo no Brasil. 13 ed. Rio de Janeiro: **Caderno Virtual de Turismo**, 2013.

PINHEIRO, I. F. S.; MARACAJÁ, K. F. B.; CHIM-MIKI, A. F. Política Pública de Regionalização do Turismo sobre a participação social no Polo de Turismo do Seridó. 22 ed. Balneário Camboriú: **Turismo, Visão e Ação**, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/LfFfMhrgz5fhhbzxNXmP4V5Rc/?format=pdf&lang=pt>. acesso em: 14 de mar. de 2024.

RODRIGUES, S. M. Turismo e desenvolvimento na Chapada Diamantina Norte, Bahia: reflexões sobre políticas públicas e participação social (dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: file:///C:/Users/Henrique/Downloads/TurismodesenvolvimentoChapada_Rodrigues_2022%20(2).pdf. acesso em: 10 jan. de 2024.

VIRGINIO, D. F.; FERREIRA, L. V. Gestão pública do turismo: uma análise da política pública de regionalização no período 2004-2011 no Rio Grande do Norte, Brasil. 13 ed. Rio de Janeiro: **Caderno Virtual de Turismo**, 2013.